

Senado

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Diretor*J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Executivo*MAURO GUIMARÃES — *Diretor*FERNANDO PEDREIRA — *Redator Chefe*MARCOS SÁ CORREA — *Editor*FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Assistente***Maus Costumes**

UM hábito político, e dos mais feios, está demonstrando a desaparecer do comportamento representativo brasileiro: repassar à imprensa a culpa de cumprir exatamente a sua função de denúncia. É uma deplorável herança autoritária. Quando a liberdade era mínima e a censura fazia o serviço completo, o Congresso ficou mal acostumado com a licença do regime para praticar alguns atos que não se enquadram na moral pública. O Senado até hoje não conseguiu reconhecer que a imprensa agiu no interesse público quando denunciou os dois projetos que, em tese, cuidam da reforma administrativa daquela casa mas, na prática, legalizam a contratação de servidores por fora da exigência do concurso.

Foi assim que, na mesma sessão, o presidente José Fragelli (PMDB) e mais nove senadores ocuparam-se de acusar a imprensa por veicular notícias "tendenciosas, inexatas e premeditadas". A premeditação, no caso, é apenas o dever de noticiar a imoralidade que chega ao seu conhecimento. A inexatidão é uma exatidão, que desagrada aos que estão comprometidos com a prática. Tendenciosa é, muito mais, a explicação insatisfatória. Se é realmente assim, como alegam os senadores, por que o Senado não tem a coragem de aprovar os projetos? O justo e o inocente não temem o julgamento da opinião pública.

Para este país ser realmente uma democracia, não bastam a liberdade de criticar o governo, nem a de políticos mudarem de partidos (mais pelas conveniências do que por uma convicção real). Os políticos toleram a liberdade, mas não escondem o seu desagrado quando eles é que ocupam o foco da vigilância. O Congresso, então, nem se fala: acha natural que a imprensa exerça sobre o Executivo a função de vigilância dos seus atos, mas se melindra quando os maus hábitos representativos são trazidos ao conhecimento público. A tendência da representação política é a de confundir como ato de ofensa ao regime democrático o que é denúncia do que eles cometem e que lesa moralmente a democracia.

Onde é que pode ser tendenciosa, inexata ou premeditada uma notícia que se limita a apresentar a relação de parentesco entre os nomeados e os que nomeiam? No chorrilho de contratações feitas por baixo da exigência legal do concurso, vão de cambulhada filhos, sobrinhos, primos, afins e tudo que exprime exercício do poder sem maior consideração pela lei e pela moral pública. Em primeiro lugar por tradição — em maior número — as nomeações por patrocínio político brindam de preferência a parentes e amigos.

A questão é apenas uma: vão ou não ser efetivados nos dois projetos de resolução do Senado? Se forem, estará consumada a imoralidade que, por ter outros precedentes, não melhora a afronta. Pelo contrário, agora que o regime está aberto, a aprovação é mais grave. O presidente do Senado desceu ao plenário para lamentar o risco de não se aprovar a moralização. Essa moralização para o futuro apenas dá cobertura à imoralidade do passado e do presente. Está subentendido nessa explicação que a reforma se destina a fechar a porta a futuras contratações. E precisa consumir-se a imoralidade para se impedirem novas contratações? Basta senso público, pudor cívico, responsabilidade política: havendo convicção moral e vontade moralizadora, não há necessidade de qualquer lei.

E certo que, legalizada a imoralidade, esse espírito de convivência e a vocação do empreguismo encontrarão a forma de burlar a proibição. E aí, mais uma vez, se repetirá, por parte dos jornais responsáveis, a denúncia do abuso. Porque, enquanto os políticos não se compenetrarem da obrigação de respeitarem a nação, a imprensa será obrigada a fazer da denúncia sistemática o único recurso para impedir que a democracia se comprometa com as mais baixas e deploráveis práticas de nomeações, cumplicidades, arranjos e tudo que tem o conhecido odor da imoralidade.